



**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE – RO
ASSESSORIA JURIDICA**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA
BRASILÂNDIA D'OESTE / RONDÔNIA**

***Parecer n.º52/2023
Projeto de Lei n.º2009/2023***

A Assessoria Jurídica desta Casa Legislativa vem, mui respeitosamente perante Vossa Excelência para apresentar o devido *Parecer* acerca do **Projeto de Resolução n.º52/2023** nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal.

I – DA SOLICITAÇÃO

Trata-se de Projeto de lei n.º 2009/2023 cuja súmula é: “**Dispõe sobre a concessão da equiparação do teto do Salário Mínimo dos servidores públicos municipais e dá outras providências**”

II – DO PARECER

O Projeto de Lei n.º 2009/2023 trata da equiparação do teto do salário mínio de alguns servidores públicos cujo rol se encontra nos autos.

Analisando a justificativa presente nos autos e, analisando a legislação, não se verifica nada de inconstitucional no presente projeto.

Isto posto, após análise das comissões permanentes, o Projeto poderá se levada a Plenário para votação.

Cumpre observar que se trata de um parecer opinativo, ou seja, tem caráter técnico-opinativo que não impede a tramitação e até mesmo conseqüente aprovação. Nesse sentido é o entendimento do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL que, de forma específica, já expôs a sua posição a respeito, *in verbis*:





PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE – RO
ASSESSORIA JURIDICA

“O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo. Nada mais é do que a opinião emitida pelo operador do direito, opinião técnico-jurídica, que orientará o administrador na tomada da decisão, na prática do ato administrativo, que se constitui na execução **ex officio** da lei. **Na oportunidade do julgamento, porquanto envolvido na espécie simples parecer, ou seja, ato opinativo que poderia ser, ou não, considerado pelo administrador.**” (Mandado de Segurança nº 24.584-1 - Distrito Federal - Relator: Min. Marco Aurélio de Mello – STF.) Grifei.

Isto posto, opina que este Projeto seja revisto pelas Comissões Permanentes afim de sanar as questões aqui apresentadas.

É o parecer.

Nova Brasilândia D'Oeste /RO, 10 de julho de 2023.

Ana Cláudia Castelo Branco Wanistin
Assessora Jurídica
OAB/RO 784

